

Auditoria da dívida externa não passa e divide PMDB

BRASÍLIA — Ao final de turbada votação na Comissão de Sistematização da Constituinte, ontem à noite, o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, foi chamado de "penetra do PMDB", "golpista" e "ditador" por parlamentares de seu partido, porque conseguiu derrubar projeto de decisão do deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS) que determinava a realização de uma auditoria da dívida externa brasileira.

O projeto começou a ser discutido pela manhã, em outra reunião da Comissão de Sistematização, que durou cinco horas. Mas tanto o relator indicado pelo senador Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da comissão, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), como o líder do governo, Carlos Sant'Anna, afirmaram que a auditoria não é uma atribuição da Constituinte. Criou-se então um impasse que só seria resolvido à noite.

Na segunda sessão para discutir o assunto, Arinos aceitou colocar em votação em primeiro lugar se o projeto deveria ou não ser votado em seu mérito. Em votação simbólica, decretou que o assunto não era pertinente, o que equivale a dizer que não deveria ser posto em votação. Nesse momento, Sant'Anna e os deputados que o acompanhavam se levantaram e, aos gritos, declararam encerrada a sessão.

Bastou que ele tomasse essa atitude para que o autor da proposta, Hermes Zanetti, e deputados que a defenderam — tanto do PMDB como do PT, do PDT e do PC do B — cercassem a mesa onde estava Afonso Arinos. Todos o acusaram asperamente de se curvar às pressões do líder do governo. Pálido, imóvel, Arinos não disse uma palavra, e o próprio Sant'Anna e o deputado Gastone Righi (PTB-SP) o retiraram do Plenário.

Sant'Anna, que passou a tarde em seu gabinete procurando deputados para recomendar o esvaziamento do projeto, tornou-se então o alvo de todas as críticas. Com um sorriso nos lábios, dizendo-se vencedor, ele respondeu a todas as ofensas que recebia.

— Você não é do PMDB, está aqui só a serviço do Palácio do Planalto — disparou Zanetti.

— Eu venci — respondeu Sant'Anna.

— Vocês são uns traidores — atacou o deputado e major da Polícia Militar Paulo Ramos (PMDB-RJ).

— E você é da polícia — devolveu Sant'Anna.



Bernardo Cabral (E), relator, e Arinos na reunião da Comissão de Sistematização

Empresários querem reduzir estatismo

SÃO PAULO — Um documento com as assinaturas de importantes líderes empresariais, de diferentes segmentos da vida econômica, chegou terça-feira à noite a Brasília para ser entregue, na quarta, aos presidentes da República, José Sarney, do Supremo Tribunal Federal, Rafael Mayer, e da Constituinte, Ulysses Guimarães. Nele, os signatários expressam fundamentalmente duas posições: querem a redução do papel do estado na economia e maior liberdade de mercado.

São dois pontos complementares, acreditam os presidentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato; da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman; da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi Filho; da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes; da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo, Fábio Salles Meirelles; do Sindicato dos Bancos dos Estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Paulo de Queiroz; da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo; e da Federação das Empresas de Transportes Rodoviários Sul e Centro-Oeste do Brasil, Benedito Dário Ferraz.

O documento tem dez pontos, defendendo: 1) a liberdade de iniciativa, a propriedade privada dos meios de produção e os direitos do trabalhador; 2) as leis de mercado; 3) o estado de direito e o cumprimento da lei; 4) a entrada do Estado no exercício de atividades econômicas só em caráter excepcional; 5) liberdade de associação entre capitais e pessoas; 6) liberdade de concorrência, sem discriminação da origem do capital; 7) uso da lei para reprimir abuso de poder econômico, caracterizado por domínio de mercados, eliminação de concorrência e aumento arbitrário de lucros; 8) a não ocorrência de expropriações, salvo em caso de utilidade pública ou interesse social e com indenização em dinheiro; 9) a não-intervenção do Estado no processo

econômico se isso resultar em limitação à rentabilidade da iniciativa privada; 10) a garantia ao trabalhador da participação no resultado da atividade econômica.

Os signatários apontaram idéias que estão surgindo na Constituinte e vêm com desconfiança e temor. Como exemplo, citaram a proposta de nacionalização do sistema bancário e o impedimento das operações no país de bancos estrangeiros, a limitação das propriedades agrícolas a um máximo de 100 módulos, a semana de trabalho de 40 horas e a estabilidade no emprego. "Fizemos o documento e lutaremos por ele", disse Flávio Teles de Menezes.

Amato quer mudança da Convenção 87 da OIT

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Mário Amato, disse que a Convenção 87, da Organização Internacional do Trabalho, "precisaria sofrer algumas adaptações para ser adotada no Brasil". Amato se manifestou durante encontro com a imprensa em que defendeu a necessidade de o estado intervir menos na economia do país. A Convenção da OIT, que preconiza a liberdade sindical e o desatrelamento dos sindicatos patronais e de empregados da tutela do estado. Para o presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Abram Szajman, a desvinculação dos sindicatos patronais do estado seria positiva: "O empresariado organizado tem outras formas de arrecadar fundos que não o imposto sindical", disse. Ele concordou com Amato sobre a necessidade de modificações na Convenção-87 da OIT.

Dessa forma, eles se distanciam um pouco da posição defendida pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), que se coloca contra a adoção do princípio da OIT.

Deputado tenta convencer Fogaça a mudar seu projeto

BRASÍLIA — Há uma semana, quando entregou ao relator da Subcomissão do Poder Executivo o projeto Borges da Silveira, que adota o parlamentarismo nos moldes desejados pelo presidente José Sarney, o deputado Albérico Filho (PMDB-MA) vem tentando convencer o senador José Fogaça (PMDB-RS) a adotar essa proposta. Seu principal argumento é o de que os ministros militares precisam ficar a salvo das moções de desconfiança do Parlamento.

Para os ministros militares, o chefe do Gabinete Civil, o ministro das Relações Exteriores, o consultor-geral e o procurador-geral da República deve funcionar o artigo 20 do capítulo da proposta Borges da Silveira: referente ao Legislativo: "Cabe ao Congresso aprovar, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, moção de censura ao conselho de ministros, salvo aqueles cuja nomeação seja da exclusiva competência do presidente da República".

Numa agitada reunião promovida ontem pelas subcomissões do Executivo e do Legislativo, o parlamentarismo proposto por Fogaça — com mandato presidencial de quatro anos e divisão de poderes entre o chefe do governo e o primeiro-ministro — voltou a ser atacado. Albérico, primo do Presidente Sarney, ficou em silêncio, mas os deputados Cunha Bueno (PDS-SP), Henrique Córdoba (PDS-SC) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG) criticaram a proposta, alegando que dá excessivos poderes ao presidente da República.

No auge da discussão, certo de que o

desejo da bancada pedessista é simplesmente o de deixar o regime como está, Fogaça anunciou o que pensa sobre a exclusão dos ministros militares da moção de desconfiança do Parlamento: "Não queiram, por favor, que eu aceite essa idéia de diferenciar os militares, dando-lhes um tratamento privilegiado na minha proposta. Se a idéia de proteger os militares for vencedora na Assembléia Constituinte, eu serei voto vencido, mas não me peçam que eu a coloque no meu anteprojeto".

Um dos mais exaltados era Córdoba, que defende o parlamentarismo com mandato presidencial de seis anos, mas nega ser a favor da proposta Borges da Silveira. Ele acusou Fogaça de ter mantido muitos dos privilégios presidencialistas constantes da atual Constituição e disse que o artigo 1º, que divide o Executivo entre o presidente e o primeiro-ministro, não quer dizer nada. "Sou pelo parlamentarismo clássico. O que não admito é que esse anteprojeto seja chamado de parlamentarismo".

Quando Fogaça explicou que seu anteprojeto é resultado das propostas que lhe foram enviadas e é o modelo mais adequado à instável situação política brasileira, Córdoba reagiu rispidamente: "Esse projeto não faz justiça à inteligência de vossa excelência, deputado".

O deputado Jorge Leite (PMDB-RJ) também protestou contra a redução do mandato do presidente, sustentando que as pesquisas de opinião realizadas no Congresso não autorizam ninguém a concluir que a maioria ali é favorável ao mandato de quatro anos.

Concepções são muito divergentes

Tanto o projeto Borges da Silveira, inspirado pelo presidente Sarney, como a proposta do senador José Fogaça, apoiada em sugestões enviadas à Subcomissão do Poder Executivo, são acusadas de fortalecer exageradamente o presidente da República. Fora isso, são poucas as coincidências que aproximam as duas propostas.

No capítulo do Poder Legislativo, por exemplo, Silveira aumenta o poder do presidente, dizendo que "as matérias que não se incluem no domínio normativo da lei ficam sujeitas à disciplina regulamentar autônoma do presidente da República". No mesmo capítulo, autoriza o Congresso a "delegar ao presidente da República poderes para legislar".

Enquanto a proposta de Silveira torna privativa do presidente a iniciativa do processo legislativo, a de Fogaça dá essa prerrogativa ao primeiro-ministro. Pela Constituição em vigor, quem inicia o processo legislativo é o Congresso.

mas, há uma liberalidade que Silveira quer manter no seu modelo parlamentarista: a facilidade de o presidente da República continuar expedindo decreto-leis.

Diz ainda que cabe ao presidente da República "nomear os oficiais-generais das Forças Armadas", sem mencionar os comandantes, que também eram nomeados pelo presidente da República até o governo João Figueiredo. O projeto de Fogaça diz que cabe ao presidente "exercer o comando supremo das Forças Armadas, prover os seus postos de oficiais-generais e nomear seus comandantes".

Para Fogaça, compete também ao primeiro-ministro submeter ao presidente as indicações de ministros de Estado; a proposta de Silveira não fala nisso. Outra diferença entre os dois projetos está na ordenação dos capítulos: Fogaça dedica 22 itens às atribuições do primeiro-ministro; Silveira deixa sua competência dispersa pelos artigos.

Consulta popular sobre aborto

Indignados com a atitude da Subcomissão dos Direitos Individuais da Constituinte, que acolheu artigo considerando crime o aborto provocado, grupos do movimento de mulheres do Rio de Janeiro fazem hoje no Largo da Carioca, das 10h às 16h, uma consulta popular sobre o direito ao aborto em determinadas condições. As feministas querem recolher 5 mil cédulas com três perguntas respondidas:

- 1) Você acha que a mulher que fica grávida de um estupro tem direito a fazer aborto?
- 2) Havendo risco de vida para a mulher durante a gravidez, deve-se fazer o aborto para salvá-la?
- 3) Você acha justo uma mulher ser presa por ter feito um aborto?

Numa reunião anteontem à noite na casa de Comba Marques Porto, do Centro Pró-Memória da Constituinte, várias líderes feministas discutiram a estratégia de reação, baseada em três pontos: a elaboração de uma justificativa para dar sustentação à emenda que provavelmente será apresentada pela deputada Ana Maria Rattes (PMDB-RJ), pressão direta sobre os constituintes favoráveis à descriminalização do aborto, e a organização da consulta popular.

— O lobby do batom vai se mobilizar — avisa Comba.

Na verdade são dois os artigos acolhidos pelas subcomissões de Direitos Individuais, e da Família, que irritaram as feministas. O primeiro fala sobre a garantia à vida, como o direito primordial do cidadão, e termina com a frase: "Será punido como crime o aborto diretamente provocado". O segundo, da subcomissão da Família, diz que "o direito à saúde e à alimentação é assegurado desde a concepção".

Na opinião de Comba Marques Porto, esses artigos representam um retrocesso até mesmo em relação ao código penal de 1940, pois, ao contrário do código, não prevêm as exceções (nos casos de estupro e risco de vida para as gestantes) em que hoje é permitida a realização do aborto. Segundo Comba, o Conselho dos Direitos da Mulher já constatou que é minoritária entre os constituintes a defesa da descriminalização do aborto — posição que não prevalece nem entre as 26 mulheres constituintes. Para ela, a pressão mais forte parte das igrejas, Católica e Evangélica.

Diante disso, os grupos feministas hoje acham que o mais prudente é defender que a Constituição a ser promulgada não fale na questão do aborto. Para elas, a omissão é melhor do que a proibição, uma vez que, de acordo com Comba, não há condições de ser aprovada a descriminalização.

Assessor fazia "lobby" para grandes bancos

BRASÍLIA — Convencidos de que estão fortemente pressionados por bancos particulares, os integrantes da Subcomissão do Sistema Financeiro decidiram denunciar o lobby e devolver aos órgãos de origem os funcionários da Câmara e do Senado que prestavam assessoria ao Relator, deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP). Os parlamentares suspeitam que esses funcionários defendem os interesses dos bancos.

O problema surgiu na reunião de ontem para análise do anteprojeto e do relatório apresentados por Gasparian. O assunto principal eram as críticas ao trabalho do Relator, publicadas pela imprensa e feitas por alguns de seus assessores e dos próprios constituintes. "Funcionário do Legislativo é pago para assessorar, não para opinar", declarou o deputado Walmor de Luca (PMDB-SC).

O não aproveitamento de suas sugestões pelo deputado Fernando Gasparian, que os obrigou a trabalhar incansavelmente na elaboração de propostas para o anteprojeto, levou alguns dos assessores a criticarem o resultado alcançado. Segundo eles, o relator apresentou um anteprojeto totalmente diferente do que haviam preparado. Na verdade, Gasparian baseou-se apenas na assessoria externa, prestada pelo consultor do Banco do Brasil, Antônio José de Souza.

— Estou convencido de que há um lobby do setor financeiro privado para corromper os funcionários — afirmou Walmor de Luca. A tarde, o deputado Luiz Gushiken (PT-SP) elaborou uma nota de esclarecimento, criticando a postura dos assessores de Gasparian. "Para nós, tais fatos configuram pressão por parte dos banqueiros sobre a Subcomissão", disse o petista.